

Dora Kramer*

Fachin se perde no primeiro lance

O magistrado que aponta a necessidade de se ajustarem condutas a um código de ética na corte suprema não se coaduna com o presidente que, em nota oficial, compara cobranças por lisura e transparência nos atos do colegiado a ameaças e intimidações.

Um não conversa com o outro. Portanto, é de supor que aquele um lá do início precisou ceder espaço ao outro que assinou o texto de repúdio aos questionamentos sobre decisões de Dias Toffoli e a situação familiar de Alexandre de Moraes. Ambas as circunstâncias relacionadas ao caso do Banco Master.

Luiz Edson Fachin divulgou a manifestação após rodada de consultas aos colegas. Quando interrompeu as férias, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) deu a impressão de que o caráter de urgência traduzia o dever de fornecer respostas consistentes às dúvidas levantadas na sociedade, na imprensa, no mundo jurídico, no universo político, no mercado financeiro e até em instâncias de Estado.

À primeira vista, Fachin perdeu a parada para a ala defensiva. A mesma que julga não dever satisfa-

ções ao país e apoia medidas contrárias a prerrogativas constitucionais de controle do tribunal.

Corre, porém, uma versão de que o presidente do Supremo fez um gesto na direção da conciliação interna, a fim de não ficar isolado e abrir caminho para os ministros ora na berlinda revisarem suas posições.

Pode ser um lance estratégico, mas também pode não ser nada disso, só um jeito de amenizar as críticas. Depende da disposição de Toffoli deixar a relatoria do Master e de Moraes -em hipótese para lá de remota- tomar a iniciativa de propor o veto à permissão de que parentes dos ministros advoguem em causas sob o escrutínio do Supremo.

O grupo dos ativistas políticos dentro do tribunal não parece ter compreendido o alcance da desmoralização reputacional que isso trouxe ao STF. E Fachin, preso aos ditames do colegiado, fica refém dos mais atuantes. Ganha por não se isolar, mas perde a oportunidade de imprimir a marca que prometia à sua gestão.

*Jornalista e comentarista de política

Paulo César de Oliveira*

Aonde vai o STF?

Os últimos acontecimentos envolvendo alguns ministros do STF mostram os tempos que estamos vivendo, deixando uma época em que ministros do STF eram figuras inatacáveis. Uma época que começou a ficar para trás com a promulgação da nova Constituição, que ampliou a competência do Supremo, tornando-o, vamos dizer assim, mais popular e mais moroso em suas decisões, um fator que causa desgastes e atrai críticas.

Algumas vezes também cheguei a chamar a atenção para os riscos que a transmissão de julgamentos pela TV Justiça trazia, expondo os ministros por demais debates sobre temas complexos tornando análises jurídicas complexas em temas populares como uma discussão sobre se foi pênalti ou não. É preciso reconhecer também que o perfil de Suas Excelências mudou um pouco nestes anos- não analiso competência profissional nem seriedade de comportamento. Deixaram de ser- nem todos evidentemente- aquelas figuras sisudas para assumirem postura mais aberta, mas popular, mais falante, mais participante das coisas da sociedade enfim.

Neste episódio do Banco Master os minis-

tros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli se expuseram publicamente ao ponto do presidente do STF, Edson Fachin, vir a público defendê-los, mas, precavido, propondo a criação de um Código de Ética no Tribunal. Uma ideia necessária. A radicalização política no país vai aumentar a pressão sobre o Judiciário, atacar os ministros, com aparentemente alguma razão ou mesmo sem razão alguma, será estratégia para desmoralizar o Judiciário e inocentar os culpados.

O histórico de decisões do Supremo Tribunal Federal não é favorável aos que insistem no afastamento dos ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli. De 2000 até hoje não houve nenhuma decisão favorável a este tipo de pedido. Para preservar o STF, o ministro Fachin tenta uma saída honrosa. Pensam ministros do STF em devolver o processo do Banco Master para a Primeira Instância. É preciso tirar o STF da mira dos que buscam desmoralizar os poderes constituídos. Seria está a melhor solução?

*Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

EDITORIAL

O Estado contra a Produção

A sanha arrecadatória demonstrada pelo poder público nas últimas semanas consolida um retrocesso para a economia nacional ao ignorar o limite da capacidade contributiva de quem produz riqueza no Brasil. As decisões recentes não apenas ignoram o clamor por eficiência administrativa, mas também aprofundam uma deformidade histórica que sustenta o gigantismo estatal através do sufocamento sistemático de investimentos e da geração de postos de trabalho.

O Estado brasileiro insiste em fórmulas desgastadas ao transferir o ônus do desequilíbrio fiscal para a sociedade sob o pretexto de conter déficits orçamentários que ele próprio alimenta.

O ponto mais crítico dessa ofensiva tributária manifesta-se na Lei Complementar 128/2025, que introduz uma distorção técnica alarmante ao rotular o lucro presumido como benefício fiscal. Essa classificação carece de fundamento lógico e jurídico servindo apenas como artifício retórico para mascarar um aumento real de impostos.

Ao elevar o percentual de presunção para companhias com faturamento superior a R\$ 5 milhões, o governo promove uma majoração direta da carga tributária que desestimula a expansão dos negócios e encarece toda a cadeia produtiva nacional.

Os dados revelam que a indústria brasileira suporta quase 50%

do peso financeiro gerado por essa nova legislação. É uma escolha política temerária contra o setor que oferece as melhores remunerações médias e sustenta o desenvolvimento tecnológico do país.

Punir a indústria significa sabotar a competitividade das exportações e comprometer a inovação - um dos baluartes de Campinas.

A situação atinge níveis de irracionalidade econômica com a nova alíquota de 17,5% de juros sobre capital próprio. Conforme as projeções da CNI (Confederação Nacional da Indústria), esse movimento retirará R\$ 1 bilhão do caixa das empresas reduzindo o fôlego para novos projetos.

O cenário torna-se ainda mais absurdo quando comparado ao tratamento benevolente concedido a outros setores menos estratégicos. A carga imposta ao capital produtivo industrial consegue superar a tributação aplicada ao mercado de apostas eletrônicas, que atingirá o teto de 15% apenas em 2028.

Essa disparidade evidencia um governo que prioriza a arrecadação imediata em detrimento a uma política econômica coerente. A persistência nesse modelo de extração de recursos do setor produtivo para sustentar a máquina pública é um erro que trava o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e condena o Brasil a um estado de estagnação permanente, apenas alcançando voos de galinha.

Opinião do leitor

Na tela

Mario Quintana tem poder de síntese e linguagem simples. Em geral ele não possui poemas longos. Todos eles cabem na tela de um celular.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: GOVERNO INGLÊS LIBERA DA PRISÃO GHANDI E OUTROS LÍDERES INDIANOS

As principais notícias do Correio da Manhã em 27 de janeiro de 1931 foram: Governo inglês põe em liberdade Ghandi e demais líderes do movimento nacionalista

na Índia. Pierra Laval procura apoio dos radicais-socialistas para formar uma equipe ministerial e ser o primeiro-ministro francês. Esquadrilha Balbo visita São Paulo

HÁ 75 ANOS: CERIMONIAL DIVULGA ALGUNS DETALHES DA POSSE DE VARGAS

As principais notícias do Correio da Manhã em 27 de janeiro de 1951 foram: Sindicato dos Jornais aumenta o preço dos periódicos associados, como o Correio da Manhã, para 1 cruzeiro. Senado faz homenagens a Nereu Ramos, pela condução

da Casa como presidente, pelos últimos quatro anos. Chefe do cerimonial divulga alguns detalhes da posse de Vargas. Diplomados o novo presidente e vice da República. Debates acalorados marcam a reunião do Conselho Político da ONU.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sá e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.